

CPDC quer manter seguros de saúde sem alteração

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC) encaminha hoje à Superintendência de Seguros Privados (Susep) uma moção solicitando que revogue a circular que orienta os seguros de saúde a não cumprirem a Resolução 1.401/93 do Conselho Federal de Medicina (CFM). A resolução, entre outras exigências, determina que os planos e seguros de saúde dêem cobertura a todas as doenças, inclusive as infecto-contagiosas como Aids. De acordo com a circular, assinada pelo presidente da Susep, Herbert Júlio Nogueira, o CFM não tem poderes para regular o funcionamento das seguradoras.

Na reunião convocada pela DPDC, os representantes dos conselhos federais de Medicina, Odontologia, Psicologia e de Fisioterapia e de seis Procons estaduais repudiaram a orientação da

Susep. Todos subscreveram a moção. O presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, João Marinonio, chegou a sugerir o encaminhamento de um pedido à Câmara dos Deputados, para que convoque o presidente da Susep para uma arguição, onde terá que explicar a circular.

A diretora do DPDC, Elisa Martins, chamou a atenção para o cumprimento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Segundo a diretora, a circular faz menção à leis de períodos ditatoriais, esquecendo-se da legislação atual. Ela fez um apelo aos Procons para que trabalhem em conjunto com os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) e contribuam para aplicação da resolução.

O representante da Susep na

reunião, Carlos Alberto Soares dos Santos, tentou explicar a atitude da Superintendência, que é responsável pela fiscalização das empresas de seguros. Ele utilizou o mesmo argumento da presidência da Susep, que foi totalmente repudiado pelos integrantes da mesa.

No término do encontro, Carlos Alberto Soares dos Santos, não quis adiantar a posição da Superintendência, com relação ao pedido da DPDC, mas acrescentou que será necessário fazer um amplo estudo para que não haja desequilíbrio nas seguradoras de saúde. Elisa Martins acredita que a Susep ficará sensibilizada com o pedido e voltará atrás. Ontem, foi criado um grupo de trabalho, coordenado pelo Procon de São Paulo, para analisar sugestões para uma lei que regulamente os planos e seguros de saúde.